

Dirigida por **O começo do fim da negociação**

Um vento de otimismo sopra nos redutos da equipe econômica quanto à rápida conclusão de um acordo com os bancos credores no Exterior. Para o nosso negociador oficial, trata-se de grande vitória, fruto da sua firmeza e paciência. Pode-se perguntar se a demora para se chegar a uma conclusão, apenas parcial — uma vez que a solução envolve somente os juros atrasados, faltando encontrar um acerto definitivo para a questão da dívida —, não constitui, na realidade, uma grande perda para o Brasil.

Desde setembro do ano passado, procuramos negociar ou, melhor, impor nossa solução. Começamos por apresentar um esquema — que não abandonamos no discurso oficial, conforme mostra o Projeto de Reconstrução Nacional ontem divulgado pelo presidente da República — em que toda a renegociação se fundamentava na nossa capacidade de pagar, princípio nunca aceito pelos credores. Havia outro postulado essencial: a questão dos juros atrasados (mais de US\$ 8 bilhões) somente seria discutida depois de obtida dos credores a segurança de que aceitariam o princípio da capacidade de pagamento.

Tivemos de renunciar a essa premissa e reconhecer que, ao manter tal exigência, nunca chegaríamos a um acordo. Assim, nas últimas semanas cedemos à imposição dos credores, isto é, discutir antes de qualquer outra questão o problema dos atrasados. Fizemo-lo no quadro de uma discussão mesquinha, em que começamos por aceitar pagar uma quantia irrisória à vista para saldar o restante em bônus de longo prazo com taxas baixas. Depois, concordamos em ampliar o pagamento à vista de 15% para 20%, o que nos aproxima das exigências dos

bancos credores. Os bônus serão emitidos somente no dia em que se definirem as normas para a negociação da dívida na sua totalidade, restando fixar os juros desses bônus, que ficarão seguramente muito acima da nossa proposta inicial.

Pode-se perguntar se valeu a pena tanta demora para chegar a um acordo que reconhecemos sensato. Com isso gastamos seis meses em discussões estéreis, mas, fato mais grave, perdemos recursos importantes (do FMI, do Banco Mundial, do BID, do governo japonês, do Clube de Paris) que, em valores de hoje, representam muito mais do que aquilo que o embaixador Jório Dauster conseguiu arrancar daqueles aos quais devemos.

Perdemos ao mesmo tempo o prestígio que o Brasil havia conquistado no passado com os credores. Tivemos de ceder diante da ameaça de nossa definitiva exclusão da comunidade financeira internacional, com graves perigos para a manutenção das linhas de crédito essenciais ao nosso comércio exterior.

Convém lembrar, no entanto, que a solução esperada para esta primeira fase da renegociação da dívida externa não implica o êxito da segunda, mais importante. Esperamos ao menos ter aprendido algo no curso dessa demorada discussão.

